

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O EMPREENDEDORISMO SOCIAL FEMININO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Bianca Maria Ferreira Cabral; bianca.cabral@ifal.edu.br; Universidade Federal
de Sergipe

Modalidade: Artigo

Área Temática: Educação Empreendedora

Resumo:

O avanço das desigualdades socioeconômicas em territórios periféricos tem intensificado a necessidade de novas abordagens capazes de articular geração de renda, inclusão produtiva e transformação social de forma sustentável. Nesse contexto, iniciativas que combinam processos educativos com práticas econômicas solidárias têm ganhado destaque como estratégias capazes de promover desenvolvimento local e fortalecimento de grupos historicamente marginalizados. A educação empreendedora, quando integrada aos princípios da economia solidária, emerge como campo estratégico para o fortalecimento do empreendedorismo social feminino, ampliando possibilidades de autonomia econômica, organização coletiva e participação ativa das mulheres nos processos de desenvolvimento territorial. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente a produção científica sobre a interface entre educação empreendedora, empreendedorismo social feminino, economia solidária e desenvolvimento local, articulando essa discussão ao caso da Associação de Mulheres em Ação de Jequiá da Praia (AMAJE). A investigação busca compreender de que forma essas dimensões se relacionam e contribuem para a construção de iniciativas capazes de gerar impacto social, econômico e comunitário em contextos de vulnerabilidade. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura, de natureza qualitativa, associada à análise documental. Foram realizadas consultas em bases científicas nacionais e internacionais, além da análise de documentos institucionais, relatórios e registros públicos relacionados à associação estudada, permitindo integrar fundamentação teórica e evidências empíricas. Os resultados indicam que a educação empreendedora, quando orientada por valores solidários, contribui para ampliar capacidades individuais e coletivas, fortalecer redes territoriais de cooperação e promover a autonomia econômica de mulheres em contextos de vulnerabilidade social. O caso analisado evidencia práticas de autogestão, cooperação, aprendizagem coletiva e organização comunitária, reforçando o papel da economia solidária como vetor de dinamização econômica e social do território. Conclui-se que o empreendedorismo social feminino, sustentado por processos formativos e por arranjos produtivos solidários, configura-se como estratégia relevante de promoção do desenvolvimento local sustentável, demandando o fortalecimento de políticas públicas integradas e de ações institucionais voltadas à formação, apoio e expansão dessas iniciativas.

Palavras-chave: Empreendedorismo social feminino; Economia solidária; Desenvolvimento local; Associação de mulheres; Educação empreendedora.

Introdução

As transformações socioeconômicas recentes, intensificadas pela reestruturação produtiva e pela globalização, têm sido associadas à reconfiguração do capitalismo e ao agravamento das desigualdades sociais (HARVEY, 1992; CASTELLS, 1999). Seus impactos sobre o trabalho ampliaram o debate acerca de alternativas econômicas orientadas à inclusão e à proteção social (PIKETTY, 2014; STIGLITZ, 2012). Em contextos de vulnerabilidade estrutural, especialmente na América Latina, modelos baseados exclusivamente na lógica mercantil mostram-se insuficientes para promover desenvolvimento com equidade e coesão territorial (BOISIER, 2005; SEN, 2010).

O empreendedorismo social consolidou-se como campo de investigação voltado à identificação de oportunidades sociais e à mobilização inovadora de recursos para enfrentar problemas complexos (MAIR; MARTÍ, 2006). Seu objetivo maior reside na criação de valor social, orientando objetivos organizacionais pelo impacto gerado, e não prioritariamente pelo lucro (YUNUS, 2008). Para tanto, exige sustentabilidade financeira alinhada à missão social, frequentemente baseada na articulação de recursos provenientes do mercado, do Estado e da sociedade civil, configurando um campo híbrido que transcende fronteiras organizacionais tradicionais (BACQ; JANSSEN, 2011; MAIR; MARTÍ, 2006).

No campo do empreendedorismo feminino, a literatura tem superado abordagens que tratam mulheres como grupo homogêneo, enfatizando a incorporação da dimensão de gênero na análise das dinâmicas empreendedoras (AHL, 2006). O empreendedorismo é compreendido como fenômeno socialmente construído, influenciado por normas culturais, estruturas institucionais e relações de poder que moldam oportunidades e restrições (AHL; NELSON, 2010). Evidências indicam que desigualdades de gênero afetam o acesso a recursos financeiros, redes de relacionamento e legitimidade organizacional, demandando análises contextualizadas (JENNINGS; BRUSH, 2013). Em contextos de vulnerabilidade, tais condições tendem a impulsionar iniciativas coletivas orientadas à transformação social, aproximando o empreendedorismo feminino das dinâmicas de inovação social territorial e do fortalecimento do capital social (BRUSH et al., 2009; MOULAERT et al., 2013).

Nesse contexto, a economia solidária apresenta-se como campo organizacional que valoriza o trabalho associado a autogestão e a solidariedade como fundamentos para geração de renda e inclusão produtiva, especialmente em territórios marcados por desigualdades estruturais (SINGER, 2002). Essa abordagem dialoga com discussões recentes que analisam a economia social e solidária como componente estratégico das agendas globais de desenvolvimento sustentável, reconhecendo a coexistência de múltiplas formas de coordenação econômica e seu papel na promoção de inclusão social e sustentabilidade territorial (UNITED NATIONS, 2023; OECD, 2023).

Apesar de consolidados, os estudos em educação empreendedora, empreendedorismo social feminino e economia solidária ainda carecem de articulação territorial integrada (ROSÁRIO; RAIMUNDO, 2024). Enquanto parte da literatura prioriza a formação voltada à competitividade e à criação de negócios tradicionais (SEVILLA-BERNARDO; HERRADOR-ALCAIDE; SANCHEZ-ROBLES, 2024), abordagens recentes destacam a criação de valor social, a sustentabilidade e a resolução de problemas comunitários (MURAD; ANDRADE, 2024). Essas perspectivas reforçam a necessidade de modelos que integrem competências técnicas, sociais e éticas, incorporando princípios colaborativos para promover inclusão produtiva e fortalecimento territorial (ROSÁRIO; RAIMUNDO, 2024; MURAD; ANDRADE, 2024).

Nesse contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: como a educação

empreendedora, articulada aos princípios da economia solidária, pode fortalecer o empreendedorismo social feminino como estratégia de desenvolvimento local sustentável? Parte-se da hipótese de que processos formativos fundamentados na cooperação, na autogestão e na geração de valor social ampliam capacidades coletivas, fortalecem redes territoriais e potencializam a autonomia econômica de mulheres, produzindo impactos que transcendem a geração de renda e contribuem para dinamização socioterritorial (SINGER, 2002; MAIR; MARTÍ, 2006; JENNINGS; BRUSH, 2013).

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar criticamente a produção científica sobre a interface entre educação empreendedora, empreendedorismo social feminino, economia solidária e desenvolvimento local, articulando essa discussão ao caso da Associação das Mulheres em Ação de Jequiá da Praia (AMAJE), enquanto experiência concreta de organização coletiva feminina no contexto brasileiro. Especificamente, busca-se: (i) sistematizar fundamentos da economia solidária; (ii) discutir contribuições do empreendedorismo social e dos estudos de gênero; e (iii) refletir sobre o papel da educação empreendedora como processo formativo orientado à transformação territorial sustentável.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, abordagem que busca compreender fenômenos sociais a partir de interpretações contextualizadas e da análise aprofundada de significados atribuídos às experiências e aos contextos investigados (CRESWELL, 2014), fundamentada em revisão sistematizada da literatura e análise documental. A revisão permite identificar convergências e lacunas entre os campos investigados, enquanto a análise documental possibilita articular fundamentos teóricos consolidados a evidências empíricas situadas, fortalecendo a coerência analítica da investigação (BACQ; JANSSEN, 2011; MOULAERT et al., 2013).

A relevância acadêmica do trabalho reside na contribuição para o campo internacional da Educação Empreendedora ao propor abordagem que transcende a perspectiva individual e enfatiza sua dimensão social, coletiva e territorial. Ao integrar economia solidária, empreendedorismo social feminino e desenvolvimento local, o estudo dialoga com debates contemporâneos sobre inovação social territorial e capital social, reconhecendo que redes de confiança e cooperação constituem ativos estratégicos para a sustentabilidade de iniciativas comunitárias (PUTNAM, 2000; MOULAERT et al., 2013).

Fundamentação Teórica

A educação empreendedora é compreendida como componente estratégico na formação de sujeitos capazes de gerar valor econômico e social em seus territórios (ROSÁRIO; RAIMUNDO, 2024). O campo tem ampliado seu escopo para além da criação de negócios, incorporando sustentabilidade, impacto social e responsabilidade coletiva aos processos formativos (SEVILLA-BERNARDO; HERRADOR-ALCAIDE; SANCHEZ-ROBLES, 2024). No debate sobre desenvolvimento territorial, destaca-se que o progresso sustentável depende da valorização de ativos locais, da governança colaborativa e do fortalecimento de redes comunitárias (HENRIQUE; CUNHA, 2023). Assim, a articulação entre educação empreendedora e ação coletiva fortalece o capital social e a dinamização econômica territorial, especialmente em contextos de desigualdade, nos quais iniciativas lideradas por mulheres assumem papel central na inclusão produtiva e na inovação social (MURAD; ANDRADE, 2024; BALESTRIN; AGOSTINI; BREITENBACH, 2022).

A economia solidária configura-se como alternativa ao modelo econômico competitivo, fundamentada na autogestão, cooperação, solidariedade e democracia econômica (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Diferentemente do empreendedorismo individual, propõe empreendimentos coletivos nos quais trabalhadores são simultaneamente gestores e beneficiários, emergindo como resposta às crises do emprego formal e articulando inclusão

produtiva e fortalecimento comunitário (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). No Brasil, mulheres têm ocupado espaço significativo em iniciativas de economia solidária, especialmente em atividades vinculadas à produção artesanal e à agricultura familiar, articulando geração de renda, identidade cultural e sustentabilidade ambiental (BRUSH et al., 2009; AHL; NELSON, 2015; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

O empreendedorismo social, por sua vez, distingue-se por priorizar a geração de valor social como finalidade central (DEES, 1998). Quando protagonizado por mulheres, incorpora o enfrentamento das desigualdades de gênero, a ampliação da autonomia econômica e o fortalecimento comunitário (BRUSH et al., 2009; AHL; NELSON, 2015). Em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, essas iniciativas assumem papel estratégico na reorganização das economias locais, com forte compromisso territorial e impacto coletivo. Nesse sentido, a convergência entre empreendedorismo social feminino e economia solidária constitui referencial teórico consistente para analisar iniciativas coletivas orientadas ao desenvolvimento territorial sustentável (BRUSH et al., 2009; AHL; NELSON, 2015; SINGER, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A Associação das Mulheres em Ação de Jequiá da Praia – AMAJE, localizada no município de Jequiá da Praia, estado de Alagoas, Brasil, constitui exemplo concreto da articulação entre educação empreendedora, economia solidária e empreendedorismo social feminino. Sua atuação inclui produção artesanal, reaproveitamento de resíduos de siri para fabricação de adubo orgânico, ações de educação ambiental e participação em eventos regionais, evidenciando práticas de autogestão, cooperação e geração de renda alinhadas aos princípios da economia solidária (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EM AÇÃO DE JEQUIÁ DA PRAIA – AMAJE, 2022).

A relevância territorial da Associação das Mulheres em Ação de Jequiá da Praia – AMAJE foi ampliada ao receber reconhecimento internacional por meio da nomeação como Líder da Ruralidade das Américas pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que evidencia a consistência social, ambiental e produtiva da iniciativa no campo do desenvolvimento rural sustentável (IICA, 2023). Tal reconhecimento não apenas projeta a experiência para além do contexto local, como também legitima sua atuação enquanto prática concreta de inovação social ancorada em bases comunitárias.

Paralelamente, a AMAJE integra ações extensionistas em parceria com o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), articulando formação empreendedora, educação ambiental e fortalecimento comunitário, o que reforça a dimensão pedagógica e territorial de sua atuação. Essa interface entre organização coletiva, formação e sustentabilidade demonstra convergência com os princípios estruturantes da economia solidária, conforme descritos por Singer (2002) e por França Filho e Laville (2004), evidenciando que a experiência ultrapassa a geração de renda e se configura como estratégia integrada de desenvolvimento territorial sustentável.

A educação empreendedora tem sido compreendida como elemento estruturante na formação de sujeitos capazes de identificar oportunidades, mobilizar recursos e promover transformações socioeconômicas em seus territórios (FAYOLLE; GAILLY, 2015; NECK; GREENE, 2011). Diferentemente de uma abordagem centrada exclusivamente na criação de negócios, a educação empreendedora incorpora dimensões sociais, territoriais e coletivas, ampliando seu escopo para além da lógica mercadológica tradicional (LACKÉUS, 2015; HENRIQUE; CUNHA, 2023). No campo do desenvolvimento local, o progresso territorial sustentável depende da mobilização de ativos locais, da organização social e da participação comunitária, sendo o empreendedorismo articulado à educação, um instrumento de fortalecimento do capital social e de dinamização econômica territorial (BUARQUE, 2008; PUTNAM, 2000).

A literatura recente tem avançado na compreensão da educação empreendedora como processo formativo experiencial, no qual a aprendizagem ocorre por meio da resolução de

problemas reais e da criação de valor para a comunidade (LACKÉUS, 2015; ROSÁRIO; RAIMUNDO, 2024). Essa abordagem desloca o foco da mera abertura de empresas para o desenvolvimento de competências relacionadas à inovação social, cooperação e responsabilidade coletiva (SEVILLA-BERNARDO; HERRADOR-ALCAIDE; SANCHEZ-ROBLES, 2024).

A articulação entre educação empreendedora e desenvolvimento territorial revela-se relevante em contextos marcados por desigualdades estruturais, como territórios periféricos e costeiros brasileiros (HENRIQUE; CUNHA, 2023). Nesses espaços, iniciativas lideradas por mulheres assumem papel estratégico na geração de renda, na preservação ambiental e na valorização de saberes tradicionais, reforçando a importância das redes de confiança como ativos territoriais (JENNINGS; BRUSH, 2013; PUTNAM, 2000). E a economia solidária configura-se como alternativa ao modelo econômico competitivo tradicional, fundamentando-se nos princípios de autogestão, cooperação e democracia econômica (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

O empreendedorismo social diferencia-se do empreendedorismo tradicional por priorizar a geração de valor social como objetivo central e por compreender o empreendedor como agente de transformação capaz de mobilizar recursos de forma inovadora para enfrentar problemas sociais complexos (DEES, 1998; MAIR; MARTÍ, 2006). Quando protagonizado por mulheres, o empreendedorismo social incorpora dimensões relacionadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e à ampliação da autonomia econômica (BRUSH et al., 2009; JENNINGS; BRUSH, 2013). Em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, iniciativas femininas assumem papel estratégico na reorganização das economias locais, reforçando a convergência entre empreendedorismo social feminino e economia solidária como arranjo teórico consistente para análise do desenvolvimento territorial sustentável (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Assim, a Associação das Mulheres em Ação de Jequiá da Praia – AMAJE, localizada em Jequiá da Praia, Alagoas, Brasil, constitui exemplo concreto dessa articulação entre formação, organização coletiva e geração de renda territorial (ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EM AÇÃO DE JEQUIÁ DA PRAIA – AMAJE, 2022). Formalmente registrada em 12 de abril de 2022, reúne aproximadamente 50 mulheres pescadoras, marisqueiras e artesãos que desenvolvem produção artesanal, reaproveitamento de resíduos e ações de educação ambiental, evidenciando práticas alinhadas aos princípios da economia solidária (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). A associação recebeu reconhecimento internacional ao ser nomeada Líder da Ruralidade das Américas pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, reforçando sua inserção em redes institucionais ampliadas e evidenciando o potencial transformador de iniciativas solidárias femininas no desenvolvimento rural sustentável (IICA, 2023). A AMAJE também participa de ações extensionistas em parceria com o Instituto Federal de Alagoas, integrando práticas formativas e fortalecimento comunitário que dialogam com a perspectiva da educação empreendedora orientada à criação de valor social (LACKÉUS, 2015).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na revisão da literatura associada à análise documental. A abordagem qualitativa é apropriada para investigações que buscam compreender fenômenos sociais complexos a partir da interpretação de significados, relações e contextos, permitindo aprofundamento conceitual e construção analítica consistente (Denzin; Lincoln, 2018; Creswell; Creswell, 2018). O caráter exploratório justifica-se pela intenção de integrar campos

teóricos que, embora consolidados individualmente, ainda apresentam lacunas quando analisados de forma articulada: educação empreendedora, empreendedorismo social feminino e economia solidária sob a perspectiva territorial.

A revisão da literatura foi conduzida de forma estruturada, com o objetivo de mapear e identificar convergências, divergências e lacunas teóricas relacionadas aos objetivos centrais do estudo. A revisão sistematizada é reconhecida como estratégia metodológica rigorosa para síntese e integração do conhecimento científico, contribuindo para transparência e replicabilidade da pesquisa (Tranfield; Denyer; Smart, 2003; Snyder, 2019).

Os descritores utilizados incluíram combinações entre “educação empreendedora”, “empreendedorismo social”, “empreendedorismo feminino”, “economia solidária” e “desenvolvimento local”, em português e inglês. Os critérios de inclusão abrangeram publicações revisadas por pares, livros acadêmicos de referência e estudos que apresentassem contribuições conceituais relevantes para a articulação entre os temas investigados. Foram excluídos materiais sem respaldo científico ou que não dialogassem diretamente com os objetivos da pesquisa. A definição explícita de critérios de busca e seleção contribui para a confiabilidade e validade da revisão (Booth; Sutton; Papaioannou, 2016).

De forma complementar, realizou-se análise documental da Associação das Mulheres em Ação de Jequiá da Praia – AMAJE. A análise documental é reconhecida como técnica apropriada para examinar registros institucionais e documentos públicos, permitindo compreender fenômenos sociais a partir de evidências registradas e contextualizadas (Bowen, 2009). Essa técnica possibilita aprofundamento interpretativo sem intervenção direta do pesquisador no campo empírico.

Entre as fontes analisadas incluíram-se registros institucionais da AMAJE (2022), informações divulgadas pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) acerca do reconhecimento internacional concedido à liderança da associação, bem como materiais institucionais do Instituto Federal de Alagoas referentes a ações extensionistas desenvolvidas em parceria. A utilização de múltiplas fontes documentais permite triangulação de evidências, fortalecendo a credibilidade analítica e a robustez interpretativa do estudo (Yin, 2015).

O tratamento dos dados foi realizado por meio de análise de conteúdo, conforme sistematizado por Bardin (2011), envolvendo etapas de organização do corpus, codificação, categorização e interpretação. A partir desse procedimento, foram construídas categorias analíticas alinhadas aos objetivos da pesquisa: (i) fundamentos da economia solidária; (ii) dimensões do empreendedorismo social feminino; (iii) educação empreendedora orientada à criação de valor social; e (iv) impactos territoriais no desenvolvimento local. A análise buscou identificar padrões interpretativos e articulações conceituais entre teoria e evidências documentais.

Por se tratar de pesquisa baseada exclusivamente em fontes secundárias e documentos públicos, não houve coleta de dados primários nem necessidade de submissão a comitê de ética. O protocolo metodológico priorizou coerência interna, rastreabilidade das fontes e transparência nos procedimentos de análise, garantindo rigor científico compatível com estudos qualitativos de revisão integrativa e análise documental (Creswell; Creswell, 2018; Tranfield; Denyer; Smart, 2003).

RESULTADOS

A análise integrada da literatura e dos documentos institucionais da Associação das Mulheres em Ação de Jequiá da Praia – AMAJE, evidencia forte convergência entre os pressupostos da economia solidária, do empreendedorismo social feminino e as práticas concretamente desenvolvidas pela organização. Sob a perspectiva teórica de Singer (2002), a economia solidária fundamenta-se na autogestão, na cooperação e na primazia do trabalho sobre o capital, propondo uma lógica organizativa alternativa ao modelo empresarial tradicional. França Filho e Laville (2004) complementam essa abordagem ao destacarem que tais iniciativas combinam racionalidade econômica e finalidade social, configurando formas híbridas de organização que articulam produção, solidariedade e inserção territorial. No caso analisado, a AMAJE materializa esses princípios ao estruturar sua dinâmica produtiva a partir da gestão compartilhada, da divisão coletiva de responsabilidades e da repartição dos resultados entre as associadas, reforçando a dimensão democrática da organização do trabalho.

A literatura sobre empreendedorismo social também contribui para compreender essa experiência empírica. Dees (1998) define o empreendedor social como agente de mudança que combina inovação, compromisso com a missão social e sustentabilidade organizacional. Mair e Martí (2006) ampliam essa compreensão ao enfatizar que o empreendedorismo social se desenvolve em contextos de falhas institucionais, criando soluções inovadoras para problemas sociais persistentes. Ao articular geração de renda com reaproveitamento de resíduos do beneficiamento do siri e ações de educação ambiental, a AMAJE demonstra inovação socioambiental em contexto de vulnerabilidade territorial, reforçando sua aderência ao conceito de criação de valor social. Além disso, quando protagonizado por mulheres, o empreendedorismo assume dimensão adicional relacionada ao enfrentamento de desigualdades estruturais de gênero, conforme discutido por Brush et al. (2009) e Ahl e Nelson (2015), que destacam o papel das redes comunitárias e do capital social na consolidação de iniciativas femininas.

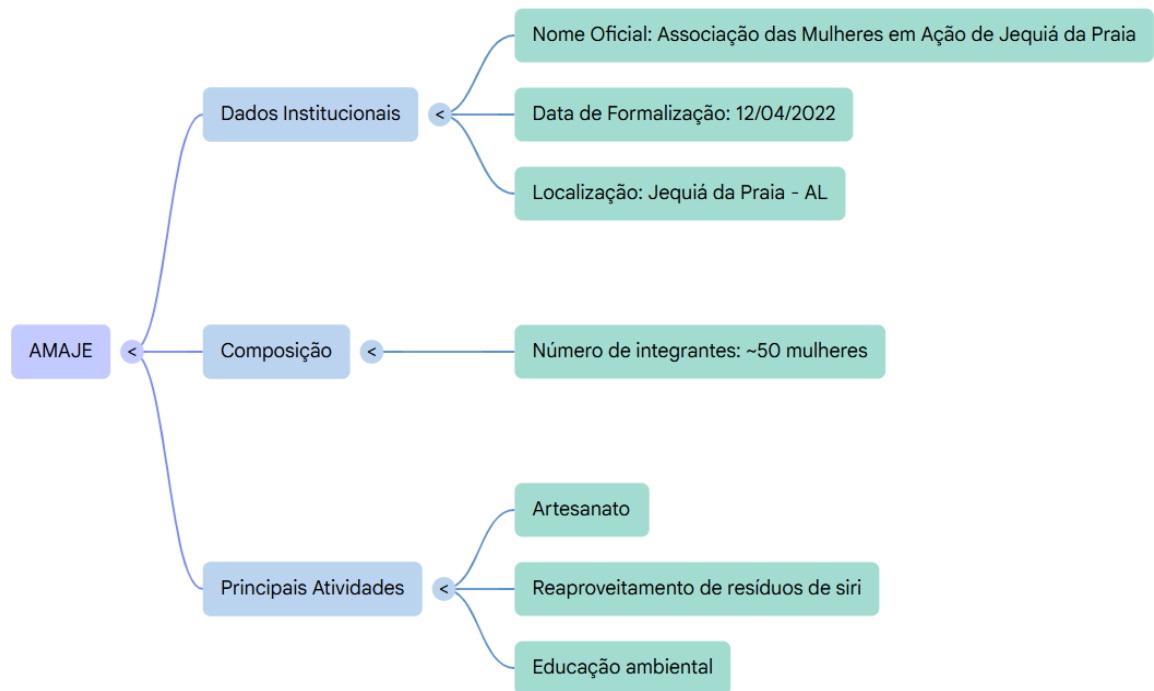
No que se refere à caracterização institucional, os dados públicos disponíveis indicam que a AMAJE foi formalmente registrada em 12 de abril de 2022, reunindo aproximadamente 50 mulheres pescadoras, marisqueiras e artesãs do município. A formalização jurídica representa etapa relevante de institucionalização, pois amplia acesso a políticas públicas, editais e parcerias institucionais, fortalecendo a sustentabilidade organizacional. Tal movimento dialoga com a literatura que aponta a importância da estrutura formal para consolidação de empreendimentos solidários, sem que isso implique abandono de seus princípios cooperativos (França Filho & Laville, 2004). A constituição da associação evidencia, portanto, processo de organização coletiva que transforma práticas informais de subsistência em arranjo produtivo estruturado.

As atividades desenvolvidas: produção artesanal, reaproveitamento de resíduos de siri para fabricação de adubo orgânico, ações de educação ambiental e participação em eventos regionais, revelam integração entre dimensões econômica, social e ambiental. O reaproveitamento de resíduos, por exemplo, pode ser compreendido à luz do debate sobre inovação social e sustentabilidade, ao agregar valor a subprodutos da pesca e reduzir impactos ambientais locais. Essa prática reforça o alinhamento com modelos de desenvolvimento territorial sustentável defendidos por Buarque (2008), que enfatiza a ativação de capacidades endógenas e a valorização de recursos locais como estratégia de dinamização econômica.

A atuação coletiva das associadas evidencia o fortalecimento do capital social comunitário, conceito desenvolvido por Putnam (2000) para designar redes de confiança, cooperação e reciprocidade que favorecem coordenação e ação coletiva. A organização das mulheres em torno de objetivos comuns: geração de renda, preservação ambiental e valorização de saberes tradicionais, indica formação de vínculos sociais que ultrapassam a dimensão

produtiva, consolidando identidade coletiva e ampliando a capacidade de intervenção territorial. Assim, a experiência da AMAJE não apenas confirma pressupostos teóricos discutidos na fundamentação, mas também oferece evidência empírica de que a articulação entre economia solidária e empreendedorismo social feminino pode constituir estratégia consistente de desenvolvimento local sustentável.

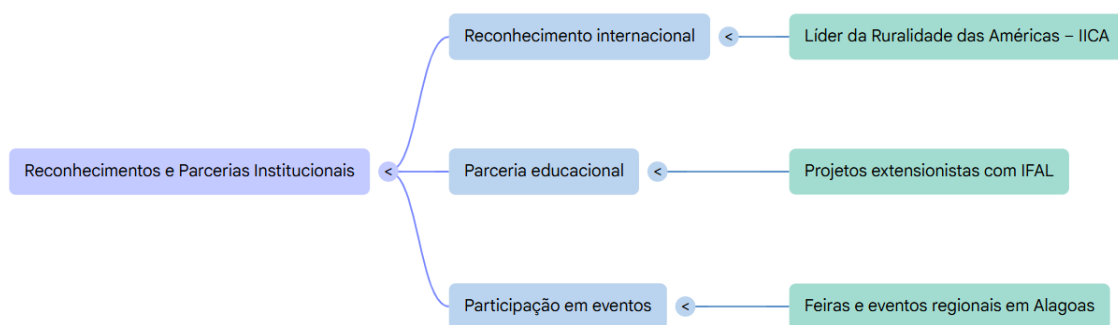
Figura 1 - Dados Institucionais Públicos da AMAJE



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A associação recebeu reconhecimento internacional ao ser nomeada “Líder da Ruralidade das Américas” pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no ano de 2023, destacando sua relevância no campo do desenvolvimento rural sustentável. Além disso, desenvolve ações extensionistas em parceria com o Instituto Federal de Alagoas, integrando práticas formativas e fortalecimento organizacional.

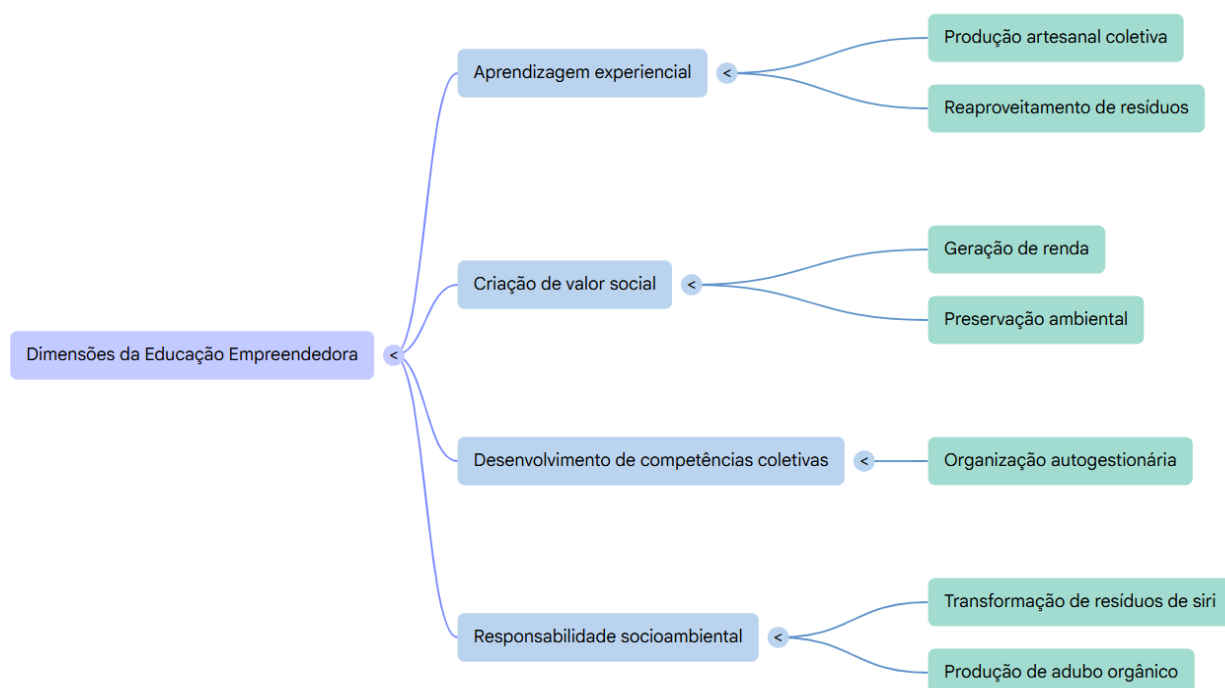
Figura 2 - Reconhecimentos e Parcerias Institucionais



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

No campo da educação empreendedora, a análise documental evidencia que as práticas da AMAJE dialogam com dimensões formativas descritas por Fayolle (2013) e Lackéus (2015), especialmente no que se refere à aprendizagem experiencial e à criação de valor social. A participação em projetos extensionistas e atividades coletivas permite desenvolvimento de competências empreendedoras voltadas à cooperação, sustentabilidade e impacto territorial.

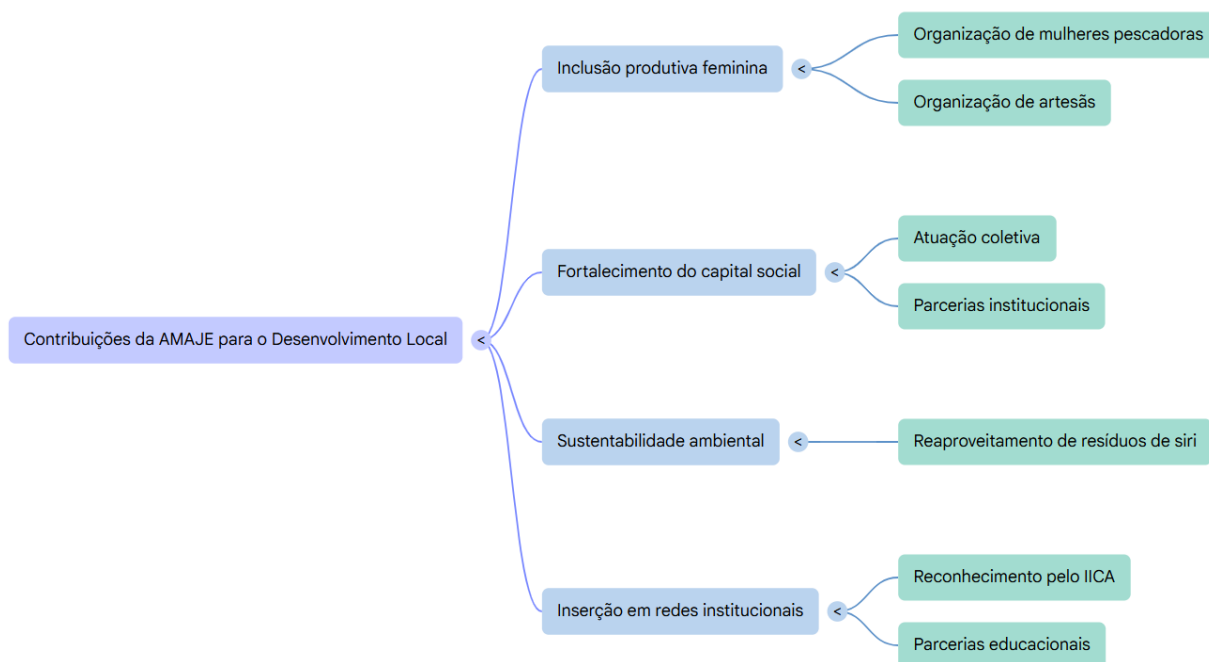
Figura 3 - Dimensões da Educação Empreendedora Identificadas na AMAJE



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A experiência da AMAJE demonstra articulação entre educação empreendedora e desenvolvimento territorial, na medida em que as atividades produtivas estão ancoradas em saberes tradicionais e práticas locais. Tal característica reforça a ideia de que processos formativos não se limitam ao ambiente escolar, mas podem emergir de dinâmicas comunitárias organizadas.

Figura 4 - Contribuições da AMAJE para o Desenvolvimento Local



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Em síntese, os resultados indicam que a AMAJE apresenta características compatíveis com os constructos analisados: autogestão, geração de renda coletiva, valorização de saberes tradicionais, inovação socioambiental e inserção em redes institucionais ampliadas. A convergência entre teoria e evidência documental sustenta a hipótese de que o empreendedorismo social feminino, quando articulado à economia solidária e a processos formativos, constitui estratégia consistente de desenvolvimento local sustentável.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos neste estudo corroboram de maneira consistente a literatura que reconhece a economia solidária como estratégia relevante de inclusão produtiva, reorganização do trabalho e dinamização territorial, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas (Singer, 2002; França Filho & Laville, 2004). A experiência da Associação das Mulheres em Ação de Jequiá da Praia – AMAJE demonstra que práticas fundamentadas na autogestão e na cooperação podem gerar impactos sociais significativos mesmo em territórios periféricos, tradicionalmente afastados dos grandes centros econômicos e das políticas estruturantes de desenvolvimento.

Ao materializar princípios como gestão democrática, divisão coletiva de responsabilidades e partilha dos resultados, a associação confirma o argumento de Singer (2002) de que a economia solidária não constitui apenas alternativa emergencial ao desemprego, mas modelo organizativo capaz de produzir racionalidade econômica distinta, centrada na solidariedade e na valorização do trabalho associado. Nesse sentido, a AMAJE evidencia que iniciativas comunitárias podem combinar sustentabilidade econômica com fortalecimento social local.

França Filho e Laville (2004) destacam que empreendimentos solidários operam na interseção entre mercado, Estado e sociedade civil, configurando arranjos híbridos que ampliam possibilidades de inserção produtiva. A AMAJE ilustra essa característica ao articular produção artesanal, reaproveitamento de resíduos e parcerias institucionais, integrando dimensões econômicas e socioambientais em sua atuação. Tal configuração reforça a ideia de que o desenvolvimento territorial sustentável depende da mobilização de capacidades endógenas e da organização coletiva (Buarque, 2008).

No campo do empreendedorismo feminino, os achados dialogam com Brush et al. (2009), que argumenta ser importante reconhecer as limitações metodológicas deste estudo. A análise baseou-se em revisão da literatura e em documentos institucionais disponíveis publicamente, não incluindo entrevistas em profundidade, observação participante ou análise de dados financeiros detalhados. Essa limitação restringe a possibilidade de mensuração objetiva do impacto socioeconômico da associação, especialmente no que se refere à variação de renda, à sustentabilidade financeira e à expansão de mercado.

Além disso, a ausência de dados longitudinais impede uma avaliação mais precisa sobre a consolidação da iniciativa ao longo do tempo e sobre sua resiliência frente a oscilações econômicas e institucionais. Estudos futuros poderiam adotar abordagem de estudo de caso aprofundado, incorporando métodos qualitativos e quantitativos, tais como entrevistas semiestruturadas, análise de indicadores de renda e aplicação de instrumentos de avaliação de impacto social.

Investigações comparativas entre diferentes associações femininas no Nordeste brasileiro também poderiam contribuir para identificação de padrões de sucesso, desafios recorrentes e estratégias de replicabilidade. A realização de pesquisas longitudinais permitiria analisar processos de amadurecimento organizacional, fortalecimento do capital social e evolução das práticas de autogestão.

Em síntese, a discussão confirma que a articulação entre economia solidária, empreendedorismo social feminino e educação empreendedora constitui campo promissor para compreensão de estratégias de desenvolvimento local sustentável. A experiência da AMAJE reforça evidências que demonstram que mulheres empreendedoras frequentemente desenvolvem negócios orientados por valores sociais e comunitários, ampliando o conceito tradicional de desempenho empresarial. Observa-se que, no caso analisado, a geração de renda não se dissocia da preocupação com a preservação ambiental, com a educação comunitária e com o fortalecimento de redes locais de apoio.

Ahl e Nelson (2015) ressaltam que o empreendedorismo feminino deve ser compreendido a partir de contextos institucionais e culturais específicos, evitando análises descontextualizadas que reproduzam padrões masculinizados de sucesso empresarial. A experiência da AMAJE confirma essa perspectiva ao evidenciar a trajetória coletiva construída a partir de saberes tradicionais, da pesca artesanal e do protagonismo feminino em território costeiro nordestino.

A atuação da associação pode ser interpretada à luz do conceito de capital social de Putnam (2000), na medida em que promove vínculos de confiança, reciprocidade e cooperação entre as participantes. A consolidação de redes comunitárias fortalece a capacidade de ação coletiva e amplia o potencial de impacto social da iniciativa.

No que se refere ao empreendedorismo social, Dees (1998) define-o como processo orientado pela missão social e pela busca de transformação estrutural. A AMAJE demonstra aderência a esse conceito ao integrar inovação socioambiental, como o reaproveitamento de resíduos do beneficiamento do siri, com geração de valor econômico coletivo. Mair e Martí (2006) acrescentam que o empreendedorismo social emerge frequentemente em contextos de falhas institucionais, criando soluções inovadoras para problemas persistentes, característica igualmente observável no caso analisado.

A discussão também evidencia que a educação empreendedora, quando articulada à economia solidária, amplia seu escopo para além da formação voltada ao mercado competitivo. Conforme argumenta Fayolle (2013), modelos contemporâneos de educação empreendedora incorporam dimensões sociais e territoriais. Na experiência da AMAJE, as práticas formativas associadas às parcerias institucionais contribuem para o desenvolvimento de competências coletivas, reforçando capacidades organizacionais e ampliando a autonomia das associadas.

É notório que iniciativas coletivas lideradas por mulheres podem gerar impactos econômicos, sociais e ambientais relevantes, especialmente quando sustentadas por princípios de cooperação, autogestão e compromisso territorial.

CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu demonstrar que a articulação entre educação empreendedora, economia solidária e empreendedorismo social feminino constitui estratégia consistente e teoricamente fundamentada para a promoção do desenvolvimento local sustentável. Ao integrar esses três campos, evidenciou-se que a formação empreendedora, quando orientada por princípios de cooperação, autogestão e compromisso social, amplia significativamente seu potencial transformador, ultrapassando a lógica individualizante tradicionalmente associada ao empreendedorismo.

A análise da experiência da Associação das Mulheres em Ação de Jequiá da Praia – AMAJE, revelou que iniciativas coletivas lideradas por mulheres podem produzir impactos multidimensionais. A organização demonstra que a geração de renda pode coexistir com fortalecimento do capital social comunitário, valorização de saberes tradicionais e promoção de práticas ambientalmente sustentáveis.

Sob a perspectiva da economia solidária, os achados confirmam os argumentos de Singer (2002) e França Filho e Laville (2004) ao evidenciar que empreendimentos autogestionários constituem alternativa viável de organização econômica em contextos de vulnerabilidade. A AMAJE materializa princípios de gestão democrática, divisão coletiva de responsabilidades e partilha equitativa de resultados, reforçando a centralidade do trabalho associado como elemento estruturante da dinâmica produtiva.

No campo do empreendedorismo social, os resultados dialogam com Dees (1998) e Mair e Martí (2006), ao indicar que a criação de valor social orienta a ação organizacional da associação. A inovação socioambiental observada não se restringe à introdução de novos produtos, mas envolve redefinição de práticas produtivas e fortalecimento comunitário, ampliando o impacto territorial da iniciativa.

Em relação ao empreendedorismo feminino, o estudo reforça as contribuições de Brush et al. (2009) e Ahl e Nelson (2015), que destacam o caráter socialmente situado das experiências empreendedoras de mulheres. A AMAJE evidencia que o protagonismo feminino em territórios costeiros do Nordeste brasileiro pode gerar efeitos que transcendem a dimensão econômica, promovendo autonomia, reconhecimento social e ampliação da participação das mulheres em espaços decisórios locais.

O principal impacto deste artigo reside na integração de três constructos frequentemente analisados de forma fragmentada. Ao articular educação empreendedora, economia solidária e

empreendedorismo social feminino sob a perspectiva territorial, o estudo contribui para ampliar o escopo analítico da Educação Empreendedora, incorporando dimensões coletivas, solidárias e socioambientais. Essa integração favorece a construção de modelo interpretativo mais aderente às realidades periféricas brasileiras.

Do ponto de vista metodológico, a combinação entre revisão da literatura e análise documental permitiu alinhar fundamentos conceituais consolidados a evidências empíricas concretas. Ainda que não tenha havido coleta de dados primários, a sistematização de informações institucionais e seu enquadramento teórico contribuíram para demonstrar coerência entre teoria e prática organizacional.

Na dimensão prática, o estudo reforça a importância de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da educação empreendedora com enfoque social e territorial. Programas de formação que valorizem a cooperação, a sustentabilidade e a organização coletiva podem ampliar capacidades endógenas e estimular iniciativas alinhadas aos princípios da economia solidária. Além disso, o reconhecimento institucional recebido pela AMAJE evidencia o potencial de organizações locais para inserção em redes mais amplas de desenvolvimento rural sustentável.

Os resultados também sugerem que o apoio a associações femininas deve considerar não apenas financiamento, mas também assessoria técnica, capacitação contínua e fortalecimento de redes institucionais. A consolidação de parcerias com instituições de ensino e organismos internacionais amplia a legitimidade e sustentabilidade dessas iniciativas, potencializando seu impacto territorial.

Como limitação, destaca-se o caráter documental da análise, que restringe a profundidade da avaliação de impacto socioeconômico e impede mensuração quantitativa detalhada dos resultados econômicos da associação. A ausência de entrevistas com as associadas limita a compreensão das percepções subjetivas sobre autonomia, empoderamento e transformação social.

Dessa forma, pesquisas futuras podem aprofundar a investigação por meio de estudos de campo, entrevistas em profundidade, análise de indicadores de renda e avaliações longitudinais de impacto. Investigações comparativas entre diferentes associações femininas em contextos similares também podem contribuir para identificar padrões replicáveis e desafios estruturais comuns.

O estudo evidencia que a articulação entre educação empreendedora, economia solidária e empreendedorismo social feminino configura-se como estratégia robusta de desenvolvimento local sustentável. A experiência da AMAJE demonstra que iniciativas coletivas lideradas por mulheres podem transformar realidades territoriais, promovendo inclusão produtiva, fortalecimento comunitário e sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que ampliam o debate acadêmico sobre modelos alternativos de organização econômica orientados por valores solidários.

REFERÊNCIAS

AHL, Helene. Why research on women entrepreneurs needs new directions. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 30, n. 5, p. 595–621, 2006.

AHL, Helene; NELSON, Teresa. Moving forward: institutional perspectives on gender and entrepreneurship. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, v. 2, n. 1, p. 5–9, 2010.

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EM AÇÃO DE JEQUIÁ DA PRAIA (AMAJE). Dados institucionais e registro formal. Jequiá da Praia, 2022.

BACQ, Sophie; JANSSEN, Frank. The multiple faces of social entrepreneurship: a review of definitional issues. *Journal of Social Entrepreneurship*, v. 2, n. 4, p. 373–403, 2011.

BALESTRIN, Alsones; AGOSTINI, Luiz; BREITENBACH, Raquel. Empreendedorismo feminino, inovação social e desenvolvimento rural. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 26, n. 6, 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOISIER, Sergio. Desarrollo territorial y descentralización: el desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. *Eure*, Santiago, v. 31, n. 94, p. 23–38, 2005.

BOOTH, Andrew; SUTTON, Anthea; PAPAIOANNOU, Diana. *Systematic approaches to a successful literature review*. 2. ed. London: Sage, 2016.

BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, v. 9, n. 2, p. 27–40, 2009. DOI: 10.3316/QRJ0902027.

BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRESWELL, John W. *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

DEES, J. Gregory. *The meaning of social entrepreneurship*. Stanford: Stanford University, 1998.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *The Sage handbook of qualitative research*. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

DOLABELA, Fernando. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2003.

FAYOLLE, Alain. Personal views on the future of entrepreneurship education. *Entrepreneurship & Regional Development*, v. 25, n. 7–8, p. 692–701, 2013.

FAYOLLE, Alain; GAILLY, Benoît. The impact of entrepreneurship education on entrepreneurial attitudes and intention: hysteresis and persistence. *Journal of Small Business Management*, v. 53, n. 1, p. 75–93, 2015.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, v. 34, n. 2, p. 5–28, 1999.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2004.

GEORGE, Gerard; MERRILL, Rachel K.; SCHILLEBEECKX, Simon J. D. Digital sustainability and entrepreneurship: how digital innovations are helping tackle climate change and sustainable development. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 45, n. 5, p. 999–1027, 2021. DOI: 10.1177/1042258720940246.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HENRIQUE, Daniel B.; CUNHA, Sieglinde K. Ecossistemas empreendedores e desenvolvimento regional: evidências e desafios contemporâneos. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 27, n. 4, 2023.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Eliane Faria de Souza é nomeada Líder da Ruralidade das Américas. 2023. Disponível em: <https://www.iica.int>. Acesso em: 22 fev. 2026.

JENNINGS, Jennifer E.; BRUSH, Candida G. Research on women entrepreneurs: challenges to (and from) the broader entrepreneurship literature? *Academy of Management Annals*, v. 7, n. 1, p. 663–715, 2013.

LACKÉUS, Martin. *Entrepreneurship in education: what, why, when, how*. Paris: OECD Publishing, 2015.

MAIR, Johanna; MARTÍ, Ignasi. Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, v. 41, n. 1, p. 36–44, 2006.

MOULAERT, Frank et al. *The international handbook on social innovation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

MURAD, Eliane P.; ANDRADE, Daniela M. Educação empreendedora social: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 18, edição especial, 2024. DOI: 10.12712/rpca.v18iEdicao-Especial.57705.

NECK, Heidi M.; GREENE, Patricia G. Entrepreneurship education: known worlds and new frontiers. *Journal of Small Business Management*, v. 49, n. 1, p. 55–70, 2011.

OECD. *Job creation and local economic development 2023: bridging the great green divide*. Paris: OECD Publishing, 2023.

- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ROSÁRIO, António T.; RAIMUNDO, Rui. Sustainable entrepreneurship education: a systematic bibliometric literature review. *Sustainability*, v. 16, n. 2, 784, 2024. DOI: 10.3390/su16020784.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEVILLA-BERNARDO, José; HERRADOR-ALCAIDE, Teresa C.; SANCHEZ-ROBLES, Blanca. Successful entrepreneurship, higher education and society: from business practice to academia. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 11, 1404, 2024. DOI: 10.1057/s41599-024-03916-3.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. *Journal of Business Research*, v. 104, p. 333–339, 2019. DOI: 10.1016/j.jbusres.2019.07.039.
- STIGLITZ, Joseph E. *O preço da desigualdade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, v. 14, n. 3, p. 207–222, 2003. DOI: 10.1111/1467-8551.00375.
- UNITED NATIONS. *Promoting the social and solidarity economy for sustainable development*. New York: United Nations, 2023.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Ática, 2008.